

Seminário internacional

O Estado e o sistema agroalimentar.

Contradições e crise dos novos modelos de apropriação da terra e do trabalho no contexto internacional: o caso do Brasil.

8-10 de Novembro, UFPE, Recife

<https://seminariolaerural2017.wordpress.com/2017/09/23/primeiro-post-do-blog/>

Comunicação científica

Atuação do Estado no sistema agroalimentar: da construção à manutenção da fruticultura irrigada para exportação do Vale do São Francisco.

Cinthia Regina Nunes Reis¹

Stéphane Gérard Emile Guéneau².

Resumo

A produção de uva da região do Vale do Submédio São Francisco representa mais de 99% das exportações brasileiras dessa fruta. Vários estudos creditam essa situação à ação do setor privado, em particular, por meio da adoção de sistemas de certificações privados, considerados como uma exigência dos mercados internacionais. Essas dinâmicas privadas podem ser interpretadas como uma retirada do Estado da economia. Analisar a atuação do Estado na promoção do modelo de desenvolvimento da produção de uvas dessa região é o objetivo desse artigo. Adotou-se a perspectiva da abordagem da *gouvernementalité* neoliberal definida por Michel Foucault como um modo específico de exercício de poder, expresso na arte de governar à distância. Os resultados apontam que a atuação do Estado foi redefinida pela implementação de instrumentos mais indiretos de enquadramento dos atores, no âmbito de promover a exportação. Assim, o sistema de produção agrícola do Vale não decorre apenas de uma adequação dos atores às exigências dos mercados, mais também de uma vontade do Estado de promover um sistema de produção agroexportador.

¹ Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-PPGSoc)

² Pesquisador Cirad e Professor visitante UFMA-PPGSoc

Introdução

O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo, mas quando o assunto é exportação, ocupa apenas o 23º lugar no ranking mundial, segundo os dados da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas). Para otimizar esse potencial produtivo, o Estado lançou pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) o Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura, elaborado em parceria com a Abrafrutas, objetivando traçar uma política e ações que possibilitem o avanço na qualidade da produção, no aumento do consumo interno e das exportações³. Apesar de tímida participação das frutas brasileiras no mercado externo, a região do Vale do Submédio São Francisco⁴ é responsável por mais de 90% das exportações de uva desde a década de 1990, quando começou a produzir com esse objetivo.

Esse nível produtivo/exportador do Vale do São Francisco deu-se a partir do modelo de desenvolvimento chamado de modernização da agricultura⁵ implementado pelo Estado brasileiro, que na região, segundo Cavalcanti (2002), criou instituições públicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), estruturando⁶ o novo perfil agroexportador delimitado a partir das mudanças nos mercados globais.

Tais mudanças foram impulsionadas pelo processo de globalização - marcado pela revolução tecnológica, tem no comando as “redes internacionais formadas por empresas multinacionais que transcendem fronteiras, identidades e interesses nacionais” (Castells, 2000 - que englobou o setor agroalimentar em arranjos produtivos locais, cadeias globais de mercadorias ou redes de produção globais (Gereffi, 1994; Santos, 2011), conectando regiões em redes de produção e consumo global (Bonanno, 2003).

³ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/mapa-vai-lancar-plano-para-aumentar-exportacoes-de-frutas>, acesso em 20 de fevereiro de 2018.

⁴ Abrange municípios dos Estados da Bahia (destacando-se Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Santo Sé e Curaçá) e de Pernambuco (sobressaindo-se Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista), apresenta o clima semiárido que associado à irrigação mecanizada tornou a região muito propícia para a produção de frutas, especialmente uva e manga (Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus/submedio-sao-francisco>. Acesso em: 20 de junho de 2013).

⁵ Compreendida como o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorreu vinculado às transformações gerais da economia brasileira (Graziano Neto, 1986), implementada no período de 1960 a 1979, articulada pelo Estado que tem como característica principal o desenvolvimento da estrutura do complexo agroindustrial (CAI), na medida em que a agricultura passou a ser reestruturada a partir da sua inclusão imediata no circuito da produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinários e/ou como produtora de matérias-primas para a transformação industrial (Sorj, 1986). É denominada criticamente como ‘modernização conservadora’.

⁶ Concedendo crédito, distribuindo terras para a instalação de assentamentos, via os perímetros de irrigação, investindo também na infraestrutura hídrica e aeroportuária (Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 29 de junho de 2016).

Essas redes de produção de alimentos estão diretamente ligadas com o alongamento das cadeias de abastecimento (Busch, 2000), uma vez que os produtos alimentares frescos cruzam os oceanos para serem consumidos cada vez mais distantes do seu local de produção, exigindo: interferência direta no processo natural de perecibilidade de produtos frescos; maior diferenciação da produção e multiplicação dos nichos de mercado; maior especificidade das preferências dos consumidores; e o desenvolvimento de novos produtos e mercados com as inovações nas áreas da biologia, comunicação e transporte (Busch, 2000). Além dessas consequências, Cavalcanti (1995) acrescenta as mudanças pelas quais passa o lugar de produção de alimentos frescos para aproveitar as janelas de mercado nos períodos em que os países tradicionais da produção se encontram na entressafra, chamada de contrassazonalidade, como é o caso do 'Vale'.

Esse novo contexto produtivo exigiu, segundo Bendini e Murmis (2003) e Belik (2001), novas formas de controle do processo produtivo, sendo o requisito da qualidade, materializado nos diversos sistemas de certificação, um dos mais importantes, uma vez que este impele para intervenções diretas no processo de produção.

Esse tipo de controle tem sido visto como um enfraquecimento dos instrumentos de regulação estatal e de seu poder, que iria na contramão do avanço da governança privada, atribuindo o sucesso econômico do modelo agroexportador à ação do setor privado, desconsiderando o papel do Estado nesse cenário e as intrínsecas relações entre os dois setores, bem como os valores e ideias que apoiam esse modelo. Essa dissociação dificulta a compreensão de como o Estado interpreta e responde a determinados problemas sociais que são colocados pelo desenvolvimento deste modelo.

Cavalcanti e Dias (2015) resgatam, porém, o protagonismo da ação estatal no Vale do São Francisco ao analisarem a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), observando que o Estado tem adequado os projetos de desenvolvimento regional às mudanças nos mercados globais, investindo, por exemplo, na infraestrutura de transporte rápido e atualização nos meios de comunicação.

Seguindo essa perspectiva que considera a ação estatal como central na manutenção do processo de acumulação capitalista, pretendemos compreender como o Estado tem agido para promover e garantir a manutenção desse modelo de desenvolvimento agroexportador, no contexto dos sistemas privados de certificação, questionando como o Estado tem atuado na

relação entre os produtores locais e os consumidores globais, representados pelos sistemas de certificação. Pautando-nos na literatura que aborda as mudanças no papel do Estado a partir da perspectiva adotada por Michel Foucault no final da década de 1970, que oferece uma explicação diferente da ação pública na institucionalização dessas novas formas de governança, mais precisamente a *gouvernementalité* neoliberal.

Nossa análise foca sobre políticas públicas classificadas como de ação direta e de ação indireta para a manutenção do modelo: No primeiro grupo destacamos políticas econômicas e no segundo políticas sociais, que são analisadas à luz da metodologia dos instrumentos de ação pública, focando em seus efeitos, na medida em que os instrumentos se constituem como dispositivos técnicos e sociais que organizam relações específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais são portadores (Lascoumes e Le Galès, 20012), sendo ferramentas que carregam consigo “valores nutridos de uma interpretação do social e de concepções precisas do modo de regulação e nesse sentido, não são neutros. Os dados empíricos utilizados para produzir este artigo foram construídos por meio de entrevistas semi-estruturadas com atores públicos e privados, além de dados secundários, disponíveis, sobretudo, na internet.

O artigo foi estruturado em quatro seções: na introdução procuramos situar a questão da globalização como o elemento impulsionador das mudanças na agricultura brasileira, a exemplo do Vale do São Francisco. Na segunda, apresentamos os problemas teóricos e os contornos da nossa abordagem analítica inspirada no trabalho de Michel Foucault e da ação pública. Na terceira, descrevemos a atuação do Estado na construção e manutenção da região do Vale do São Francisco como locus da produção de fruticultura para exportação. Finalizamos com a análise dos dados e os principais resultados.

1. A atuação do Estado na perspectiva da *gouvernementalité* neoliberal: certificação e políticas públicas

Os sistemas privados de certificação concebidos como um instrumento de coordenação na cadeia produtiva e de comercialização vêm sendo estudados sob várias perspectivas.

Na literatura econômica as normas e padrões são vistos como instrumentos minimizadores dos custos de transação nos chamados mercados de longa distância, na medida em que padronizam o processo produtivo. A qualidade e todos os atributos do produto passam a ser condensados e transmitidos nos chamados selos de certificação (rotulagem ou etiqueta), reduzindo a assimetria de informação entre os compradores e produtores, facilitando o

funcionamento do mercado, conforme a análise da Teoria dos Custos de Transação (Coase, 1937; Williamson, 1975).

Na literatura sobre cadeias globais de valor, Gereffi (1994) analisa as relações entre produtores e compradores no mercado global considerando duas formas de controle na cadeia, conforme as estruturas de coordenação: a) a comandada pelo produtor, na qual o controle está nas mãos dos produtores, sendo estes autônomos na decisão do processo produtivo e do produto; e b) a comandada pelo comprador, na qual os compradores (grandes varejistas, por exemplo) controlam as redes de produção, determinando o processo produtivo e o produto. Considerando esta última estrutura de coordenação, a certificação seria um instrumento de controle eficaz, na medida em que os compradores, sem investir no processo produtivo e distante geograficamente do local de produção, têm a garantia da qualidade especificada por eles para os produtos adquiridos, assegurada pela certificação.

A certificação é vista por alguns teóricos, como Boltanski e Chiapello (1999), como dispositivos de justiça mais adaptados para os desafios de regulação social e ambiental da economia global, cujo funcionamento, baseado no modelo da empresa em rede, coloca diversos tipos de dificuldades para o exercício de uma justiça baseada a partir das perspectivas dos estados nacionais. Assim, a certificação se constitui como uma fórmula de controle relativamente adaptada para o mundo conexcionista, uma vez que as “empresas líderes” das redes, ao serem certificadas, tendem a estender a certificação ao longo da cadeia (empresas terceirizadas, parceiras) para assegurar a credibilidade da sua própria certificação, que fica ameaçada caso venham abastecer-se com fornecedores que exploram trabalhadores e/ou depredam a natureza. Além disso, acrescentam que a certificação também responde às demandas de nichos de mercados, isto é, mercados que requisitam produtos com novas noções de qualidade, tais como: artesanais, tradicionais, orgânicos, agroecológicos, traduzindo, assim, uma crítica ética e estética à globalização, à padronização e artificialização da produção e do consumo alimentar, na perspectiva de uma crítica social.

Aproximando-se da perspectiva de Boltanski e Chiapello (1999), encontra-se a abordagem adotada por correntes da ciência política, segundo Guéneau, Lemeilleur, Verdier, Rivière e Leménager (2016), que atribui aos sistemas de certificações a função de governança, sobretudo, ambiental, guiando o comportamento para a produção sustentável, ocupando a lacuna deixada pela redução do Estado no contexto de globalização econômica e do surgimento de empresas transnacionais e da sociedade civil internacional.

Nessa perspectiva, os sistemas de certificação de sustentabilidade ambiental estabeleceriam novas formas de governança privada transnacional (Patterg, 2005 *apud* Guéneau et al. 2016), assumindo, funções reguladoras em países nos quais o desmantelamento dos serviços estatais não lhes permite fazê-los. Assim, atores privados tenderiam assumir parte das funções dos atores públicos, a exemplo de determinadas Organizações Não Governamentais (ONGs).

Essa visão que concebe os sistemas privados de certificação como instrumentos de coordenação em substituição da ação estatal no contexto da globalização, desconsidera que essas formas privadas de coordenação compõem o processo de reconfiguração da ação pública, não sendo, portanto, opostas a ela. Nesse sentido, existe uma participação crescente de atores não estatais no processo de tomada de decisão, como observaram Lascoumes e Le Galés (2012) citados por Guéneau et al. (2016), e isso revela a forte interação entre as normas privadas e instrumentos de regulação pública (Djama, Fouilleux e Vagneron 2011, *apud* Guéneau et al. 2016). Segundo Guéneau (2018), a institucionalização de iniciativas privadas exige um certo grau de ação pública, tanto na fase de formulação como na fase de implementação e essas ações são carregadas de dimensão cognitiva, ou seja, são carregadas de idéias e valores que influenciam as práticas do Estado diante do surgimento da dinâmica privada, como por exemplo, representações de mundo relacionadas às ideias neoliberais, tendem a ter um poder normativo considerável, alinhando o comportamento dos indivíduos com os princípios da economia de mercado e da concorrência (Djama et al. 2011, *apud* Guéneau, 2018).

É nessa perspectiva que o trabalho de Michel Foucault sobre *gouvernementalité* (Foucault, 2008) abre uma possibilidade de análise das práticas e motivações do Estado para adotar certas representações do que a sociedade deveria ser.

Gouvernementalité, em sentido amplo, designa um conjunto de meios que permite impor padrões de comportamento a indivíduos e grupos, “conduzindo a conduta”, porém, conduzindo-a à distância. Essa “arte de governar”, a governamentalidade, é definida por Foucault (2008) como um modo particular de exercício de poder, que tem como elementos principais as técnicas específicas do governo e uma racionalidade política peculiar, compreendida como um conjunto de idéias, princípios e conhecimentos que seleciona o que deve ser o objeto de preocupação social para a ação pública (Djama et al. 2011 *apud* Guéneau 2018).

Foucault (2008), então, defende que a concorrência e, portanto, o próprio mercado, só pode ocorrer se for produzido por uma governança ativa, não sendo mais o regulador natural

das interações humanas, que prescindia da interferência estatal, como ocorria no liberalismo. Assim, a doutrina neoliberal resgata o papel intervencionista do Estado para apoiar os regulamentos comerciais (Fouilleux e Daviron 2010), uma vez que a atividade econômica necessita de justificação por parte da ação pública que assegura a sua legitimação (Foucault, 2008). Logo, reivindica-se a presença do Estado, pois cabe a esse garantir e manter a liberdade do mercado, agora pautado na concorrência, dessa forma, para Foucault,

[...] é possível que nessa política (neo) liberal o número das intervenções econômicas seja tão grande quanto numa política planificadora, mas sua natureza é diferente (Foucault, 2008, 184).

Nesse caso, segundo Foucault (2008), o neoliberalismo não vai se situar no signo do *laissez-faire*, mas ao contrário, situa-se no signo de uma vigilância, de uma intervenção permanente. O autor afirma que para os neoliberais “a liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante”, isto é, o governo em um regime neoliberal é um governo ativo, intervencionista e com fórmulas que se contrapõem ao liberalismo do século XIX e ao anarcocapitalismo americano. Dessa forma, “o Estado é responsável pelo resultado da atividade econômica”. Porém, a questão é saber como fazer essa intervenção, o importante é saber o estilo governamental de intervenção.

Nesse novo contexto neoliberal, as técnicas dos governos, segundo Foucault (2008), consistem na imposição de padrões de comportamento a indivíduos e grupos de forma não-disciplinar (Jeanpierre, 2006), mas pelo convencimento, uma forma de governo que conduz à distância. Além disso, de acordo com essa perspectiva de governamentalidade, indivíduos e grupos, ao contrário de serem passivos a injunções públicas, são, ao contrário, sujeitos autônomos capazes de desempenharem as próprias funções de governança (Sending e Neumann 2006 *apud* Guéneau, 2018). Foucault, portanto, considera o Estado como um dos principais atores da arte de governar indivíduos e grupos à distância. Essa arte de governar, típica da governamentalidade neoliberal, encontra nos dispositivos de normalização sua técnica por excelência, na medida em que articula formas de conhecimento, relações de poder e processos de subjetivação.

Portanto, o neoliberalismo para Foucault é uma prática centrada na tecnologia de governança que possibilita guiar e controlar os comportamentos à distância, mas que está presente e atuante.

Foucault (2008), com a noção de governamentalidade, procura compreender as práticas estatais, analisando as técnicas de governo, suas ações e ausências, os atores pelos quais

se operacionaliza o governo dos sujeitos e das populações, ou seja, seu estilo de governo. Ele se agarra aos instrumentos, aos procedimentos e às racionalidades políticas que lhes sustentam.

Essa perspectiva de Foucault ajuda-nos a compreender a atuação do Estado e sua articulação com o setor privado no contexto de uma governamentalidade neoliberal representada pelos sistemas de certificação, entendidos como dispositivos de normalização que guiam e controlam os comportamentos produtivos e até mesmo estatais à distância, a partir da definição de padrões de qualidade que podem diferenciar ou harmonizar as várias possibilidades de grâmaticas de qualidade, além de influenciar ações públicas.

Para tanto, faremos uma análise de políticas públicas procurando compreender sua dimensão cognitiva, porquê são colocadas em prática, seguindo a perspectiva de Hassenteufel (2011), que a concebe como um programa de ação (um conjunto de ações diversas, mas que apresentam coerência, sobretudo quanto à finalidade, e duração) própria a uma ou várias autoridades públicas ou governamentais. As políticas públicas, assim, correspondem ao conjunto de ações do Estado. O estudo de políticas públicas é, portanto, o estudo do Estado em ação e, como tal, interagindo com os diversos atores (organismos, instituições, empresas) que estão ao seu redor. Por isso, política pública ganhou uma conotação abrangente, como resultado de uma construção coletiva de atores estatais e não estatais.

Segundo Muller (2011) e Hassenteufel (2011), o Estado, ao longo dos séculos, mudou as tendências de implementação das políticas públicas. A partir dos anos de 1970, o Estado passou a colocar ênfase nas políticas processuais, que podem ser alteradas ao longo da execução, caso tenha sua intervenção fortemente contestada. O Estado tornou-se um regulador que agora intervém indiretamente, interagindo com outros atores não estatais. Ao ser contestado, o Estado se reorganiza (Lascoumes e Le Galès, 2012), mas continua agindo por meio de novos instrumentos de ação pública, a exemplo da redução da atuação estatal nas políticas financeiras e econômicas, efetuada após a década de 1980, com a internalização das economias, mas que, ao intensificar as trocas comerciais e a diversificação espacial da produção, aumentando os fluxos financeiros transnacionais, regidos por regras internacionais, levou a ação pública a responder problemas de âmbito internacional (Hassenteufel, 2011), como no caso da criação da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) pelo município de Petrolina⁷.

⁷ Ver Reis (2017).

Para identificar as possíveis mudanças nas formas de ação pública ao longo do processo de criação e manutenção do modelo de desenvolvimento agroexportador do Vale do São Francisco, procuramos dividir os contextos institucionais em três períodos diferentes⁸ conforme os contextos institucionais aos quais estariam mais identificados, embora caiba ressaltar que o fato de um tipo de instrumento ser mais recorrente em um determinado contexto institucional, não o exclui de ser utilizado em outro. São eles:

- 1) Nacional-desenvolvimentismo adotado no período aproximado de 1950 a 1980. Pauta-se na industrialização do país, promovida pelo Estado, via a substituição de importação. Essa lógica industrial penetrou no universo agrário, com isso, a agricultura também foi levada a assumir a lógica industrial, em busca da modernização da agricultura, configurada no modelo agroindustrial, materializado na formação dos CAIs (Grisa e Medeiros, 2014; Mattei, 2015; Palmeira e Leite, 1997; Graziano Neto, 1986; Graziano da Silva, 1999 e Sorj, 1986).
- 2) Neoliberalismo, compreendido aqui como uma fase de transição. Começou nos anos de 1980 e foi até o final dos anos de 1990. Esse contexto tem como ideia central a redução das ações estatais, portanto, do enfraquecimento do Estado, com desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados etc. (Santos, 2011; Sallum Jr., 2003; Dias e Amaral, 2000, *apud* Grisa e Schneider, 2014). A redução do Estado deu-se também na agricultura. Foi reduzido o volume de recursos para as políticas agrícolas; valorização da taxa cambial, que prejudicou diretamente as exportações do setor, dentre outras medidas.
- 3) Novo-desenvolvimentismo iniciado no final da década de 1990, enquanto a arte de governar à distância. O Estado volta a ser requisitado pelo setor privado, em uma relação de parceria. Para o setor agroalimentar, a ação estatal passa a ser imprescindível, na medida em que este setor foi inserido no processo de globalização (Cacavalcanti, 1995; Bendini e Murmis, 2003; Belik, 2001). Essa circulação, despertou nos mercados consumidores uma necessidade de controle do processo produtivo, visando a garantia do consumo de alimentos seguros. Para o exercício desse controle, que ocorre à distância, são utilizados dispositivos de

⁸ A periodização estabelecida aqui é aproximada, cabendo frisar que cada fase tem sempre presença de elementos característicos de outro período, uma vez que nem sempre ocorrem rompimentos bruscos, mas apenas sutis mudanças.

certificação, que determinam padrões de qualidade. Para os produtores responderem às exigências desses padrões, contam com a atuação do Estado.

As políticas públicas, por sua vez, foram divididas em dois grupos: políticas de ação direta e políticas de ação indireta. As políticas de ação direta dão-se no campo das políticas econômicas, com os financiamentos da infraestrutura e subsídios fiscais e financeiros. As políticas de ação indiretas dão-se no campo das políticas sociais, como aquelas que tratam da garantia da reprodução da força de trabalho, via a capacitação e a oferta de mão de obra necessária para a atividade frutícola. Cabe destacar que para compreender a dimensão cognitiva das políticas públicas é necessário focar para além de seus objetivos declarados nos documentos oficiais, escutando as falas de seus gestores, que em entrevistas verbalizaram as possíveis consequências esperadas da ação pública.

A seguir expomos o quadro com a síntese analítica das políticas públicas conforme os respectivos referenciais globais e setoriais, predominantes nos contextos institucionais.

Quadro 1: Caracterização do contexto institucional e das políticas públicas

CONTEXTO INSTITUCIONAL		CARACTERÍSTICAS	TIPO DE POLÍTICA PÚBLICA
REFERENCIA GLOBAL/ SETORIAL	PERÍODO		CARACTERÍSTICA
Nacional- desenvolvimentismo	1950 a 1980 Forte presença do Estado	Industrialização por substituição de importações. Industrialização da agricultura. Estado atuou como agente produtivo por meio da criação de infraestruturas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulador de capitais privados nacionais e internacionais e formulador e executor de políticas macroeconômicas e setoriais, privilegiando a constituição de uma economia industrial.	Políticas de ação direta: Políticas econômicas-financeiro direto da infraestrutura via criação de órgãos e bancos estatais e créditos bancários aos produtores. Políticas de ação indireta: Política social - Recrutando e investimento na formação da força de trabalho.
Neoliberalismo	1980 ao final da década de 1990 Fase de transição Redução da presença do Estado	“Novas estratégias e instrumentos para a ação governamental, com a redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados etc”. A redução do Estado deu-se também na agricultura. Foi reduzido o volume de recursos para as políticas agrícolas; valorização da taxa cambial, que beneficiou as importações, prejudicando as exportações, dentre outras características.	Políticas de ação direta: Políticas econômicas-redução de financiamentos diretos aos produtores, via créditos bancários e tentativas de reduzir investimentos na manutenção da infraestrutura dos perímetros irrigados. Políticas de ação indireta: Política social – Garante a reprodução da força de trabalho, com a capacitação e a oferta de mão de obra.
Novo- desenvolvimentismo	A partir do início dos anos 2000 Estado forte e presente quando é solicitado	Inserção do setor agroalimentar no processo de globalização, marcado pela revolução tecnológica. A extensiva circulação de alimentos frescos entre os países, despertou nos mercados consumidores uma necessidade de controle do processo produtivo. Este é realizado via a determinação de padrões de qualidade, materializados nos sistemas de certificação. Para que os produtores consigam responder às exigências dos padrões de qualidade, contam com a atuação do Estado, por meio de políticas públicas e instrumentos de ação públicas voltados para essa finalidade. Com isso, o Estado permanece como um ator importante para a manutenção do modelo de desenvolvimento agroexportador. A ação estatal procura responder às demandas do agronegócio, trabalhando em parceria com o setor privado.	Políticas de ação direta: Políticas econômicas – financiamento da infraestrutura dos perímetros irrigados, investimentos em mecanismos complexos de captação de água para a irrigação em momentos de crise hídrica Políticas de ação indireta: Política social – Garante a oferta de mão de obra por meio de programas indiretos, como bolsa em período de entressafra e apoio às famílias com educação em tempo integral.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseados em Grisa e Schneider (2014), Ollaik e Medeiros (2011)

2. O Estado e a modernização da agricultura no Vale do São Francisco

Ações estatais foram primordiais no processo de modernização da agricultura na região. O Estado atuou nas mais diferentes áreas, com vários instrumentos de ação pública, agindo diretamente nesse processo em determinados momentos, e agindo de forma indireta em outros, reorientando sua ação conforme as singularidades históricas, os contextos institucionais.

Para chegar ao que configura o Vale atualmente, foi necessário um longo processo de investimentos financeiros, tecnológicos e humano do Estado. Conforme demonstramos a seguir.

2.1 Construção do Vale do São Francisco como *locus* da fruticultura irrigada para exportação no quadro institucional do nacional-desenvolvimentismo

Para garantir as condições básicas de produção e de seu escoamento o Estado na esfera federal criou, em 1945, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)⁹. Este órgão construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas e usinas hidrelétricas. Atuou, praticamente, como a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região Nordeste, até 1959¹⁰. Dessa forma, a ação pública se fez por meio de vários instrumentos, sobretudo, como parte das políticas econômicas, haja vista que todas as ações demandaram recursos financeiros do Estado.

O primeiro diretor geral da instituição, o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, compreendia que as políticas públicas para a região teriam que garantir o suprimento de água, pois considerava esse bem como a condição *sine qua non* para a manutenção da vida e do desenvolvimento. Entretanto, reconhecia que a seca, ou as secas (como denominou), eram um problema mais complexo que exigia outras políticas¹¹.

Assim, para resolver um dos problemas da seca, segundo a visão desse gestor público, fazia-se necessário abastecer de água a região.

A atuação do DNOCS na oferta de água e aproveitamento de recursos hídricos deu-se de forma peculiar. Construiu açudes, barragens e poços em propriedades privadas,

⁹ Para aprofundar o processo de criação do DENOCS, ver Reis (2017).

¹⁰ Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

¹¹ Ver Campos (2014).

com subsídio de até 50% do valor total da obra e, quando as barragens eram construídas pelos governos estaduais ou municipais, o percentual aumentava para 70%. Cabe destacar que 75,2% dos açudes construídos pelo DNOCS foram em áreas privadas e 24,8% em áreas públicas, dificultando o acesso dos pequenos produtores a esse recurso hídrico subsidiado pelo Estado (Paes, 2009). Assim, segundo Garjulli (2003, 38),

A política hídrica para a região, em sua fase hidráulica¹², priorizou a construção de obras, sem garantir o uso público da água acumulada em milhares de açudes, de pequeno e médio porte, que se tornaram "privados", por estarem localizados dentro de propriedades privadas.

Dessa forma, o poder público federal agiu adotando instrumentos de efeitos pontuais e, muitas vezes, limitados, por não atender a maior parte da população da região, concentrando as oportunidades de desenvolvimento nas mãos de poucos.

Apesar do DNOCS agir na região Nordeste como um todo, o semiárido despertou atenção do poder público de forma particular. O deputado federal Manuel Novaes, eleito pelo estado da Bahia, mas pernambucano de nascença, conseguiu inserir no texto constitucional de 1946¹³ a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), com o intuito de marcar efetivamente a presença do governo federal na região¹⁴, ampliando sua atuação nessa área específica do Nordeste, que já contava também com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)¹⁵, criada em outubro de 1945.

A CVSF começou a atuar em 1949 gerando um conjunto de dados básicos sobre as potencialidades do Vale do Submédio São Francisco, principalmente no que se refere à geração de energia, irrigação e navegação. Mas sua atuação efetiva na agricultura irrigada deu-se a partir da criação do Banco do Nordeste do Brasil¹⁶ (BNB) em 1952 e, sobretudo, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, que financiou os investimentos na agricultura irrigada de maior

¹²A periodização das políticas públicas de combate à seca no Nordeste varia conforme os autores que as analisaram, para tanto ver Andrade (1970), Carvalho (1988), Magalhães e Glantz (1992), Garjulli (2003) e Campos (2014).

¹³Disposições Transitórias – Artigo 29 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituinte%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 26 de janeiro de 2016).

¹⁴ Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/>. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

¹⁵ Disponível em: <http://comosurgiuachesf.blogspot.com.br/2007/05/como-surgiu-chesf.html>. Acesso em 20 de agosto de 2016).

¹⁶ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/321>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

escala, por meio da implantação de projetos públicos de irrigação e créditos diretos aos produtores.

O primeiro projeto público, chamado de Projeto Bebedouro, foi inaugurado em 1968, no município de Petrolina, com 130 hectares, divididos em 16 lotes de colonos, com a difusão de culturas como tomate, melancia e uva (Moraes, 2016). A cultura do tomate teve um grande destaque na região entre as décadas de 1970 e 1990, por conjugar agricultura irrigada com indústria processadora para o beneficiamento da fruta. Com os incentivos governamentais várias empresas beneficiadoras instalaram-se na região, chegando a ser responsáveis por 50% de toda polpa de tomate beneficiada no Brasil, no final da década de 1980 (Lima e Miranda, 2001). Mas essa atividade entrou em declínio ao enfrentar a concorrência com outras regiões produtoras que apresentavam maior desenvolvimento tecnológico, ao ser atacada por pragas do tomateiro e ao perder os incentivos estatais. Segundo o Secretário Municipal de Irrigação de Petrolina (entrevista realizada em 29/06/2015),

O tomate cessou em 1989, em 1990 não havia mais indústria de beneficiamento de tomate aqui. As indústrias que se instalaram aqui, Cica Norte, Etti, foram com dinheiro da SUDENE, dinheiro subsidiado, quando acabou o subsídio, acabaram as indústrias.

Em 1974, a SUVALE foi substituída pela CODEVASF, que vem atuando na região desde então. Com ela veio a elaboração do Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco, para o período 1975-79, dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)¹⁷. O II PND promoveu uma mudança nos objetivos dos investimentos públicos em irrigação no ‘Vale’, de um fim social visando a segurança alimentar, passou para lógica de estruturação de um polo agroindustrial em torno da agricultura irrigada, promovendo o agronegócio irrigado, mudança conduzida pelo governo militar que assumiu a gestão do país a partir de 1964 (Silva, 2012).

Inseridos, então, no modelo de desenvolvimento da modernização da agricultura foram instalados seis novos perímetros irrigados: Mandacaru, Maniçoba, Curaçá e Tourão, em Juazeiro na Bahia, e Senador Nilo Coelho e Maria Tereza¹⁸ em Petrolina. Com investimentos de mais de US\$ 500 milhões, recursos estes obtidos a partir de empréstimos internacionais contraídos pelo governo federal (Paes, 2009).

¹⁷Ver Fonseca e Monteiro (2008).

¹⁸ O Perímetro Maria Tereza foi incorporado ao Senador Nilo Coelho.

Com a infraestrutura de terra, água e escoamento da produção assegurada pelo Estado, a fruticultura decolou.

Além desse suporte, o Estado subsidiou com formação profissional o nascente agronegócio na região, instalando em Petrolina o primeiro *campus* avançado de uma Escola Federal de nível médio do Brasil, em 1983, com cursos voltados para esse setor.

Assim, o Estado promoveu a criação desse modelo de desenvolvimento na região, atuando, sobretudo, de forma direta, conforme o referencial institucional do período, o nacional-desenvolvimentismo.

2.2 Apoio estatal para o desenvolvimento do modelo agroexportador no Vale, no contexto institucional do neoliberalismo

O contexto institucional identificado como neoliberal não apresentou mudanças radicais na atuação estatal quando comparada ao contexto anterior. Houve uma redução dos financiamentos diretos aos produtores, seguindo a orientação do referencial global e setorial, além de tentativas de redução da participação do Estado na gestão dos perímetros irrigados, via a emancipação dos mesmos. Porém, essa tentativa foi combatida pelo setor privado que exigia a efetiva participação estatal subsidiando o processo de acumulação capitalista dos fruticultores.

Os fruticultores¹⁹ defendem a política de irrigação implementada na região, afirmando que “sem a menor dúvida, o melhor investimento público nos últimos anos no Brasil”, mas afirmam que “o custo de produção só é viável quando a produtividade é alta” [...] “produtividades, acima de 30 toneladas por ano”. Apesar de advogarem pela produção capitalista, exigem a presença do Estado, “em função do tamanho da sua área e da diversificação das culturas (Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho), é indispensável a presença da CODEVASF. Não vejo a emancipação como boa alternativa²⁰.” Diante dessa dimensão cognitiva circulante na região, o Estado se manteve no financiamento da infraestrutura dos perímetros, participando ativamente da gestão dos mesmos.

¹⁹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,canal-exclusivo-leva-agua-ate-fazenda-de-irmao-do-ministro-imp-,825706>. Acesso em: 20 de março de 2017.

²⁰ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,obras-de-irrigacao-inacabadas-no-cla-coelho-poem-em-xeque-parceria-privada-imp-,825703>. Acesso em: 20 de março de 2017.

No campo das políticas indiretas, houve a aprovação para a criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) que conta com vários cursos de graduação e pós-graduação voltados para fruticultura irrigada.

2.3 Atuação do Estado na consolidação da fruticultura irrigada para exortação no contexto do novo-desenvolvimentismo

Essa dimensão cognitiva que privilegia o agronegócio enquanto o ator viável para a agricultura irrigada, não se incompatibiliza com a demanda do empresariado pela continuidade da presença do Estado enquanto subsidiário dos investimentos privados, muito pelo contrário, compõe a dinâmica da governabilidade neoliberal.

Nesse cenário observamos que a ação estatal se faz presente de forma direta no subsídio ao modelo de desenvolvimento, aportando recursos financeiros para a manutenção da infraestrutura, recentemente, em formas mais complexas de captação de água em momentos de crise hídrica, com investimentos na ordem de 34 milhões no socorro aos perímetros irrigados, em 2015, bem como com renegociação de dívidas de crédito rural²¹.

A atuação do Estado por instrumentos indiretos foi percebida por seus efeitos na capacitação e manutenção da oferta de mão de obra para o agronegócio, bem como, para possibilitar as condições sociais objetivas para que os trabalhadores possam dedicar-se ao trabalho.

Assim, destacamos os Programas Chapéu de Palha e o Nova Semente, como ilustrativos dessa modalidade de ação pública.

A região em período de safra (abril a outubro) emprega por volta de 240 mil trabalhadores, segundo a VALEXPORT²². A cultura de frutas, sobretudo, a cultura da uva, tem um caráter quase artesanal. Segundo Lima e Miranda (2001), a produção de uva, em suas atividades de pré-colheita, precisa de 1.270 dias de trabalho/hectare/ano, em média, como no caso da etapa chamada de raleio, na qual o cacho de uva é formatado manualmente, sobretudo, pelo trabalho feminino (80% da mão de obra empregada),

²¹ Ver Costa (2012).

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2016/09/contratacoes-na-agricultura-irrigada-crescem-no-vale-do-sao-francisco.html>, acessado em 03 de julho de 2017.

seguindo os padrões definidos pelos sistemas de certificação. As etapas de colheita e empacotamento também demandam muita força de trabalho.

Apesar da fruticultura, ocupar um grande contingente de mão de obra, o trabalho ofertado é sazonal, por isso, muitos trabalhadores migravam para outros setores, como a construção civil, dificultando a oferta de mão de obra, conforme a fala do técnico supervisor de campo de uma grande fazenda produtora/exportadora de manga, “cada vez mais está difícil conseguir safristas, na região tá muito difícil conseguir a mão de obra, a gente já tem perdido fruta aqui devido não ter mão de obra” (entrevista realizada em 21/08/2014).

Então, para reduzir o risco de ficar sem trabalhadores de campo, as empresas desenvolveram estratégias²³ para garantir a disponibilidade da mão de obra nos momentos necessários, mas nem sempre as estratégias são suficientes e nessa situação o Estado precisou intervir para ajudar o empresariado, atuando em duas frentes com os Programas Chapéu de Palha e o Nova Semente.

2.3.1 Programa Chapéu de Palha

Diante dessa situação que compromete o modelo de desenvolvimento projetado para a região, o governo do Estado de Pernambuco criou o Programa Chapéu de Palha²⁴, que objetiva complementar a renda dos trabalhadores rurais, por meio de uma bolsa, durante o período de entressafra, pensado para os trabalhadores da cana de açúcar na Zona da Mata, em 2009 passou a beneficiar os trabalhadores do Sertão. Até 2016 foram beneficiados 101.820 trabalhadores da fruticultura irrigada de sete municípios da região (Belém do São Francisco, Cabrobó, Lagoa Grande, Orocó, Petrolândia, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista). Para dispor do benefício é preciso ter desenvolvido atividades ligadas à agropecuária, como ser trabalhador rural, ou ainda, ter desenvolvido atividades relacionadas à fruticultura irrigada, tais como auxiliar de câmara fria, auxiliar de casa de embalagem, embalador ou tratorista, maior de 18 anos, que tenha trabalhado com registro em carteira pelo período mínimo de 30 dias corridos entre 1º de junho e 31 de dezembro²⁵.

²³ Ver Reis (2017).

²⁴ Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/cp/chapeu-de-palha-apresentacao>, acessado em 04 de julho de 2017.

²⁵ Disponível em: <http://www.carlosbritto.com/chapeu-de-palha-iniciara-o-cadastramento-da-fruticultura-irrigada-em-janeiro-no-sertao-de-pe/>, acessado em 04 de julho de 2017.

Em janeiro de 2017, o governador anunciou em Petrolina o investimento de mais de 14 milhões de reais só na modalidade voltada para os trabalhadores da fruticultura irrigada.

2.3.2 Programa Nova Semente

O Programa foi lançado pela prefeitura de Petrolina em maio de 2010, como a política municipal para a Primeira Infância. Tem como objetivo

promover, em articulação com as famílias e comunidades locais, as condições para o pleno desenvolvimento das crianças de Petrolina, nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (Art. 13. do Regimento Escolar do Programa, 2013, 04).

As creches foram instaladas na periferia de Petrolina e zona rural da cidade, incluindo os perímetros irrigados. Funciona em horário integral das 06 às 18 horas.

A importância do Nova Semente para o modelo de desenvolvimento econômico implementado na região é possibilitar que a mão de obra feminina, tão fundamental, particularmente, para a fruticultura, esteja disponível, uma vez que as mulheres passam a ter um lugar seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham fora de casa. Essa explicação para a vinculação entre o Programa Nova Semente e a oferta de mão de obra para a fruticultura irrigada é apontada pela gerente de logística da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrário do município de Petrolina,

[...] e o que tem a ver creche com exportação, né? E aí vem a questão que as creches do Nova Semente elas funcionam de cinco e meia a seis horas e vão até a noite, não ficou só dentro da cidade, levou para os Núcleos de Irrigação e com isso nós temos dados aqui que cerca de 87% das mulheres agora voltaram a trabalhar, porque o que acontecia? Engravidavam, tinham os filhos e ficavam presas em casa, não tinham como trabalhar, né? agora elas colocam na Nova Semente, porque são muitas mulheres que querem trabalhar, então nós temos tido esse cuidado de também passar esse programa para o interior, são mais de 6 mil famílias atendidas com o programa, então isso daí gera um desenvolvimento porque, foi como eu te falei, são 6 mil mulheres que deixaram de estar dentro de casa para ir ao mercado de trabalho (Entrevista realizada em 26/06/2015).

Dessa forma compreendemos o Programa Nova Semente e o Programa Chapéu como políticas públicas sociais para apoiar indiretamente o projeto de desenvolvimento adotado na região, uma vez que sem trabalhadores não há produção.

Considerações finais

A análise dos dados ora apresentados permite afirmarmos que o Estado, no Vale do São Francisco, foi e continua sendo um ator central para o modelo de desenvolvimento implementado na região, nos três contextos institucionais pesquisados, sendo, portanto, importante para a emancipação no sistema agroalimentar, na medida em que a ação estatal garante direta e indiretamente o sucesso produtivo e comercial dos fruticultores.

Além disso, o Estado procurou reorientar suas ações conforme os contextos institucionais, mas respondeu as demandas dos produtores, demonstrando que a dimensão cognitiva circulante, embora possa parecer contraditória, na medida em que defende a redução da regulação estatal, mas ao mesmo tempo, exige sua intervenção, na verdade se constitui como uma característica da relação público/privado, sobretudo, no contexto em que o controle das condutas se faz à distância.

Bibliografia referida

- ANDRADE, F. A. D. 1970. “O secular problema das secas do Nordeste brasileiro”. *Boletim Cearense de agronomia*. 39-49.
- BELIK, W. 2001. *Muito além da porteira: Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Campinas: UNICAMP. IE. (Coleção Teses).
- BENDINI, M.; MURMIS, M. 2003. “Imágenes del campo latinoamericano em el contexto de La mundialización”. Pp: 05-15. In BENDINI, M.; CAVALCANTI, S.; MURMIS, M.; TSAKOUMAGKOS, P. *El campo em la sociologia actual: Una perspectiva latino americana*. Buenos Aires: Editorial La Colmena.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. 1999. *Le nouvel esprit du capitalismo*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. 1991. *De La justification*. Paris: Gallimard.
- BONANNO, A. 2003. “La globalización agro-alimentaria: sus características y perspectivas futuras”. *Estudios de Sociologia*. 9 (1): 31-53.
- CAMPOS, J. N. B. 2014. “Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos”. *Estudos Avançados*. 28 (82): 65-88.
- CARVALHO, O. D. 1988. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campos.
- CASTELLS, M. 2000. *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CAVALCANTI, J.S.B. 1995. “Globalização e Agricultura: Processos Sociais e Perspectivas Teóricas”. *Estudios de Sociologia*. I (2): 115-118.
- CAVALCANTI, J.S.B; DIAS, G. 2015. “Cadeias Globais de Alimentos, Redes de Atores e Qualidades na Produção de Frutas para Exportação: elos entre Brasil e Alemanha”. *Estudios de Sociologia*. 2 (21): 279-310.

- COASE, R. H. 1937. "The Nature of the Firm". *Economica, New Series*. 4 (16): 386-405.
- COSTA, E. F. 2012. "Os determinantes do crédito na fruticultura irrigada no Vale do São Francisco". *BNDES SÉRIES WORKING PAPER BNDES/ANPEC. Programa de Fomento à Pesquisa em Desenvolvimento Econômico – PDE*.
- FONSECA, M. **Foucault e o direito**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, M. 2008. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUILLEUX, E. 2011. "Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança". *Estud. Soc. e Agric.* 19.(1): 88-125.
- GARJULLI, R. 2003. "Os recursos hídricos no semi-árido". *Cienc. Cult.* 55 (4): 38-39.
- GEREFFI, G. 1994. "Introduction: Global Commodity Chains". Pp. 1-14. In GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Ed.). *Commodity Chains and Global Capitalism*. Westport & London: Praeger.
- GRAZIANO NETO, F. 1986. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna*. São Paulo: Brasiliense.
- GRAZIANO DA SILVA, J. 1999. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp.
- GRISA, C. 2010. "As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva". *Desenvolvimento em Debate*. 1 (2): 83-109
- GRISA, C., SCHNEIDER, S. 2015. "Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil". *RESR*. 52 (1):S125-S146.
- GUÉNEAU, S. 2018. *La gouvernance privée de la durabilité des filières d'exportation agroindustrielles brésiliennes : conséquences d'une gouvernamentalité néolibérale*.
- GUÉNEAU, S. et al. 2016. "Le développement des dispositifs de certification environnementale dans les Outre-mer. Quelles perspectives pour la préservation de la biodiversité ?" *Etudes de l'AFD* . 7.
- HASSENTEUFEL, P. 2011. *Sociologie politique : l'action publique*. Armand Colin.
- LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. 2014. "A ação pública abordada pelos seus instrumentos". *Revista Pós- Ciências Sociais*. 9 (18): 19-43.
- LIMA, J. P. R; MIRANDA, E. A. A. 2001. "Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade". *Revista Econômica do Nordeste*. 32 (Especial): 611-632.
- MAGALHÃES, A. R.; GLANTZ, M. 1992. *socioeconomic impacts of climate variations and policy responses in Brazil*. Brasília: Fundação Esquel do Brasil.
- MATTEI, L. 2014. "Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro". *RESR*. 52 (1): 105-124.
- MORAES, A. D. 2016. *Entre a incerteza e a confiança: mercados e relações sociais de troca comercial dos fruticultores no Polo Petrolina-Pe/ Juazeiro-BA*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife.
- MULLER, P. "Análise da política pública e ciência política na França". *Políticas e Gestão Pública* . 26 (3).

- OLLAIK, L. G; MEDEIROS, J. J. 2016. “Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil”. *Revista de Administração Pública RAP*. 45(6):1943-67.
- PAES, R. A. 2009. *Alternativas para o desenvolvimento sustentável do Submédio São Francisco*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília.
- PALMEIRA, M; LEITE, S. 1997. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária”. *Debates CPDA*. 1/Setembro.
- REIS, C. R. N. 2017. Estado, normas e padrões na governamentalidade neoliberal do sistema agroalimentar: a atuação do Estado e dos sistemas privados de certificação na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- SALLUM Jr. B. 2003. “Metamorfoses do Estado no final do século XX”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 18 (52): 35-55.
- SANTOS, R. .2011. “Redes de Produção Globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais”. *Revista Pós Ciências Socias*. 8: 127-141.
- SILVA, P. C. G. 1999. “Evolução recente da cadeia de frutas frescas no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA”. *Revista Cadernos de Debate*, Campinas, (VII).
- SORJ, B. 1986. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara.
- WILLIAMSON, O. E. 1975. *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*. New York: Free Press.

